

Tradução / Traduction

# Uma abordagem linguageira e interacional da argumentação

*Une approche langagière et interactionnelle de l'argumentation*

---

## **Marianne Doury**

Université Paris Dauphine, França  
Autora  
marianne.doury@u-paris.fr

## **Christian Plantin**

Université Lumière Lyon 2, França  
Autor  
christian.plantin@univ-lyon2.fr  
<https://orcid.org/0000-0003-0639-332X>

---

## **Camille Guichard-Libersac**

Université Bordeaux Montaigne, França  
Tradutora  
camille.libersac@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-1507-5892>

## **Nathalia Akemi Sato Mitsunari**

Universidade de São Paulo, Brasil  
Tradutora  
nathalia.mitsunari@usp.br  
<https://orcid.org/0000-0003-1389-9337>

---

## **Gabriel Isola-Lanzoni**

Universidade de São Paulo, Brasil  
Tradutor  
gabriel.lanzoni@usp.br  
<https://orcid.org/0000-0003-2066-1298>

---

## **Resumo**

Este artigo se baseia em um estudo de caso de noites eleitorais televisionadas (eleição presidencial francesa, 2012; eleições parlamentares europeias de 2014, na França). Observamos, especialmente, como os “fatos concretos” (dados numéricos oficiais e incontestáveis) são orientados discursivamente para

---

\* Este texto consiste em uma tradução para o português do artigo “*Une approche langagière et interactionnelle de l'argumentation*”, de autoria de Marianne Doury e Christian Plantin, publicado originalmente em língua francesa no v. 15 (2015), dedicado ao tema ‘Abordagens empíricas da argumentação’ (*Approches empiriques de l'argumentation*), da revista *Argumentation et Analyse du Discours*. Artigo disponível em: <http://doi.org/10.4000/aad.2006>. Agradecemos a Ruth Amossy - editora do periódico - e aos autores pela autorização da publicação desta tradução na Revista Linha D'Água.

uma conclusão avaliativa específica (“é um bom resultado” / “é um mau resultado”). Apoiando-nos nessa análise, explicitamos, em seguida, as escolhas teóricas e metodológicas que sustentam nossa abordagem, que caracterizamos como uma abordagem compreensiva da argumentação. Ela se baseia, sobretudo, na noção de questão argumentativa, que determina a estrutura dos dados a serem representados (modalizados) e a restituição da avaliação dos participantes.

**Palavras-chave:** Argumentação política • Números • Debate • Dados • Orientação • Questão • Representação

## Résumé

Cette contribution repose sur une étude de cas portant sur des soirées électorales télévisées (élection présidentielle française, 2012 ; élections européennes de 2014, en France). Nous observons notamment comment les « faits bruts » (données chiffrées officielles et non contestées) sont orientés discursivement vers une conclusion évaluative spécifique (« c’est un bon score » / « c’est un mauvais score »). En nous adossant à cette analyse, nous explicitons ensuite les options théoriques et méthodologiques qui ont assuré notre démarche, que nous caractérisons comme une approche compréhensive de l’argumentation. Elle est fondée notamment sur la notion de question argumentative déterminant la structure des données qu’il s’agit de représenter (modéliser) et la restitution de l’évaluation aux participants.

**Mots-clés:** Argumentation politique • Chiffres • Débat • Données • Orientation • Question • Représentation

## Introdução

Os estudos da argumentação se apoiam em uma tríplice tradição de pesquisa – retórica, lógica e dialética – cujos fundamentos foram estabelecidos pelas obras de Aristóteles e Cícero. A tradição retórica da argumentação está particularmente presente nos estudos da retórica nos Estados Unidos<sup>1</sup> e na “Nova Retórica” de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958). O pensamento lógico da argumentação, desenvolvido em todos os tratados da lógica tradicional, foi posto em questão pela formalização da lógica no fim do século XIX (Frege [1879]; Auroux, 1995; Plantin, 2005). A “Lógica substancial” de Toulmin (1958) e a “Lógica Informal” (Blair; Johnson 1980; Walton, 1996) propõem abordagens da argumentação como estudo das formas de raciocínio, reconhecendo a validade condicional de encadeamentos que não são dedutivos e indutivos. A pragma-dialética (van Eemeren; Grootendorst, 2004) desenvolveu uma teoria geral da argumentação como diálogo regrado voltado para a resolução de diferenças de opinião, o que é um dos usos essenciais da argumentação. Essas grandes teorias<sup>N.T.1</sup> da argumentação são

---

<sup>1</sup> Ver o número 6 (2011) da revista *Argumentation et Analyse du Discours*, dedicada à “A análise retórica nos Estados Unidos. Homenagem a Michael Leff”.

<sup>N.T.1</sup> No original, foi utilizada a expressão em inglês *master theories*.

as referências constitutivas do campo contemporâneo de estudos da argumentação<sup>N.T.2</sup>. Elas estão envolvidas em um diálogo crítico constante e frutífero, e suas experiências e avanços são indispensáveis para qualquer reflexão sobre a argumentação.

Duas outras teorias da argumentação se mostram particularmente originais, úteis e estimulantes, a teoria da “Argumentação na língua” de Anscombe e Ducrot (1983) e a “Lógica natural” de Grize (1990). A primeira dá ênfase a questões semânticas da língua; ela caracteriza o sentido de todo enunciado por sua orientação argumentativa, isto é, a classe de enunciados que ela admite como sequência em um discurso gramaticalmente bem formado. A segunda foca em aspectos cognitivos da argumentação, assimilada ao modo de esquematização de objetos operados pelo discurso. Em comparação com as anteriores, elas apresentam, assim, a particularidade de serem teorias generalistas da argumentação (Plantin, 2016<sup>N.T.3</sup>, verbetes “Orientação”; “Esquematização”<sup>N.T.4</sup>). Essas teorias construíram conceitos que nos são indispensáveis, como a noção de orientação linguística para a teoria da argumentação na língua ou a noção de objeto de discurso pela lógica natural.

Não entraremos aqui na corrida estéril pelos fundamentalismos para tentar hierarquizar essas teorias, partindo da redução de essa(s) ou aquela(s) abordagem(s) a essa(s) ou aquela(s) outra(s). Todas nos são preciosas e ficamos felizes em colaborar com uma disciplina que admite a pluralidade teórica, mesmo que essa pluralidade tenha como preço uma (aparente?) dispersão de noções e de métodos.

Neste artigo, tratamos da argumentação pela linguagem para destacar que consideramos tanto problemáticas semânticas, relacionadas à língua, quanto problemáticas sequenciais, relacionadas à análise do discurso e das interações. Propomo-nos a mostrar como certas vias de reflexão exploradas por essas abordagens teóricas permitem elucidar dados argumentativos – o que constitui, ao nosso ver, a razão de ser. Inversamente, acreditamos que é “aplicando” essas teorias em dados que teremos mais chance de propor uma articulação entre elas.

Partiremos de um estudo de caso de noites eleitorais televisionadas<sup>N.T.5</sup> (na noite do primeiro turno das eleições presidenciais francesas de 2012<sup>2</sup> e na noite das eleições parlamentares europeias de 2014)<sup>3</sup>. Observaremos como, a partir de dados numéricos, “fatos

---

<sup>N.T.2</sup> No original, foi utilizada a expressão em inglês *argumentation studies*.

<sup>N.T.3</sup> Na publicação original, esta obra de Christian Plantin estava ainda no prelo. Nesta tradução, atualizamos a data de publicação.

<sup>N.T.4</sup> No original, os verbetes são “Orientation” e “Schématisation”.

<sup>N.T.5</sup> Na França, são noites de contagem de votos, em que os principais canais de televisão do país dedicam sua programação a estimativas de resultados e organizam debates com especialistas.

<sup>2</sup> Encontramos uma análise mais detalhada dos comentários dos resultados nessa noite eleitoral em Doury e Tseronis (2014).

<sup>3</sup> As análises a seguir se baseiam na transcrição integral das apurações televisionadas pela TF1 e pela France 2 na noite do primeiro turno (22 de abril) das eleições presidenciais de 2012, e na transcrição parcial (apenas as formulações dos resultados foram retidas) da noite eleitoral transmitida pela LCP/ Public Sénat na ocasião das eleições europeias de 25 de maio de 2014. Não foi realizada nenhuma contabilização dos fenômenos observados, mas nós consideramos que a observação sistemática das formulações dos resultados e sua

concretos”, os diferentes participantes constroem discursivamente os resultados obtidos para orientar para uma conclusão avaliativa específica (“é um bom resultado” / “é um mau resultado”)<sup>4</sup>. Trata-se de mostrar que, ao contrário de uma abordagem que considera a linguagem como um acessório da argumentação, certamente indispensável à sua comunicação, pouco digna de interesse, é, justamente, sua disposição no discurso que constrói a orientação argumentativa dos fatos e prepara os enunciados para servirem de argumentos para determinadas conclusões. Apoiando-nos nesta análise, explicitaremos, em seguida, as escolhas teóricas e metodológicas que orientaram nossa abordagem, que caracterizaremos como uma abordagem compreensiva da argumentação<sup>5</sup>.

## 1 Estudo de caso: a construção argumentativa dos resultados eleitorais

Qualquer um que tenha assistido a uma grande noite eleitoral não pode não ter ficado impressionado com uma evidência: embora, por definição, já se tenha votado – e que, em certa medida, se possa considerar que “o jogo já esteja ganho” –, jornalistas e políticos se dedicam a um trabalho frenético de construção discursiva dos resultados, a fim de lhes conferir uma orientação argumentativa, conforme seus interesses, no caso dos segundos, e com sua interpretação do pleito, no caso dos primeiros.

### 1.1 A disposição em palavras

#### 1.1.1 Os operadores argumentativos

Um primeiro trabalho visando a construir uma orientação argumentativa dos resultados (favorecendo conclusões do tipo “é um bom resultado” ou “é um mau resultado”) é a disposição em palavras. Em particular, a utilização do que Ducrot (1983) chama de “operadores

---

avaliação permitiram realizar julgamentos quantitativos globais (“raro”, “frequente”, “massivo”...) dos procedimentos analisados.

<sup>4</sup> Para uma reflexão mais ampla da exploração argumentativa de dados numéricos, pode-se consultar um número recente da revista *Mots - As linguagens da política* (v. 100, n. 3, 2012, “Dados e números na argumentação política”).

<sup>5</sup> Adotamos, assim, a posição expressa por Max Weber (1913) acerca da sociologia: “A atividade especificamente importante para a sociologia consiste, em particular, em um comportamento que 1) de acordo com o sentido subjetivo visado pelo agente, é relativo ao comportamento do outro, que 2) se encontra condicionado durante seu desenvolvimento por essa relação significativa [*sinnhafte Bezogenheit*] e que 3) é explicável de forma compreensível a partir desse significado visado (subjetivamente)”. O objeto de análise é uma sequência argumentativa (“um comportamento” verbal de um certo tipo), considerada “de acordo com o sentido que lhe dá o argumentador”, sendo esse sentido “relativo ao comportamento do outro” (valor fundamentalmente interacional da intervenção argumentativa); a sequência se desenvolve de forma condicionada “por essa relação significativa”, e essa sequência é “explicável de maneira compreensível a partir desse sentido visado (subjetivamente)”; tomamos aqui “explicável” no sentido de “pode-se compreender como” (ver, a seguir, a questão da adequação descritiva).

argumentativos” governa a ativação de certos *topoi* em detrimento de outros, definindo encadeamentos preferenciais.

Assim, quando Ségolène Royal, ao comentar o resultado obtido por Nicolas Sarkozy no primeiro turno das eleições presidenciais de 2012, menciona:

senhor Sarkozy/ que obteve apenas vinte e cinco por cento dos votos/<sup>6</sup> N.T.<sup>6</sup>

“apenas”, para retomar as palavras de Ducrot, inscreve os 25% em uma série de resultados decrescentes, ou “orienta para o menos” (convida a tirar dos 25% obtidos por Nicolas Sarkozy as mesmas conclusões que se teria obtido de um resultado inferior)<sup>7</sup>. A apresentação de Ségolène Royal do resultado de Nicolas Sarkozy prepara, assim, o terreno, argumenta linguisticamente<sup>8</sup> para uma avaliação negativa de seu resultado (em particular, justifica o emprego recorrente da designação “rejeição” ou “sanção” pelos adversários de Nicolas Sarkozy).

### 1.1.2 Porcentagens/Valores absolutos

Um outro procedimento recorrente de apresentação linguisticamente orientada de resultados eleitorais consiste na passagem das porcentagens para valores absolutos. Esse procedimento orienta o resultado “para o mais”, na medida em que substitui um “grande número” (da ordem, no mínimo, do milhão) por um “pequeno” número (da ordem da unidade ou da dezena) e que concretiza o resultado pela evocação dos eleitores, cujo voto, independentemente do número, é difícil para um político em uma democracia ignorar publicamente. Vê-se bem o interesse que esse procedimento pode apresentar, em particular, para candidatos que obtiveram “pequenos” números. Assim, nas eleições presidenciais de 2012, Eva Joly, que tinha 2% no começo da noite eleitoral no canal France 2, chamada com o maior desprezo de “Senhora dois por cento” por Gilbert Collard no mesmo canal, começa sua intervenção assim:

---

<sup>6</sup> Nas transcrições apresentadas, / indica entonação ascendente, \ indica entonação descendente; (.) (..) (...) indicam pausas mais ou menos breves entre réplicas. As elisões são marcadas por apóstrofo, e os alongamentos, por :. Os comentários em itálico entre colchetes especificam comportamentos não verbais ou paraverbais. [...] indica que uma passagem não foi reproduzida. As letras maiúsculas sinalizam intensidade articulatória aumentada. O itálico destaca o ponto sobre o qual o comentário se concentra.

<sup>N.T.6</sup> Os exemplos foram traduzidos para português, respeitando a forma gráfica escolhida pelos autores para representar características do texto falado.

<sup>7</sup> Ducrot propôs várias descrições do funcionamento de “apenas”; a que se encontra em Ducrot (1995, p. 155 et ss.) se fundamenta na noção de modificador realizante/desrealizante, ausente em descrições anteriores (Ducrot, 1983, em particular).

<sup>8</sup> A oposição entre argumentação linguística e argumentação retórica, tal como ela aparece neste artigo, é livremente inspirada em Ducrot (2004). Falaremos de argumentação linguística para nos referirmos ao fato de que o modo de “dizer as coisas”, sua disposição em palavras, as prepara já para servir a certas conclusões em detrimento de outras. A expressão “argumentação retórica” se referirá ao estudo de sequências argumentativas e se apoiará, especialmente, na categoria analítica amplamente compartilhada nos estudos de argumentação de “tipos de argumentos”.

eu gostaria de agradecer imensamente/ (.) ao um milhão de francesas e franceses/ (.) que me deram seus votos/ (.) e que, ao fazê-lo (.) defenderam (.) pelo seu voto (.) a ecologia (.) a Europa (.) e a República (.) exemplar

Nota-se um arredondamento estratégico do número evocado, pois 2% dos votos correspondem na realidade a cerca de 720 000 eleitores – o que constitui uma aproximação não negligenciável. Essa aproximação se explica pelo fato de que o “milhão” constitui um limite que deve ser ultrapassado para significar “muito”: os números inferiores ao milhão não são, jamais, durante essas noites eleitorais, expressos em valores absolutos.

### 1.1.3 Apresentação ordinal/apresentação cardinal

Enfim, a escolha entre uma apresentação cardinal (ou numeral) dos resultados (por exemplo, “François Hollande obteve 28,3 por cento dos votos”) e uma apresentação ordinal (“François Hollande está na frente”) reflete um trabalho semelhante de orientação argumentativa dos resultados. Isso é demonstrado pelo fato de que, em 2012, o resultado obtido por François Hollande nunca era lembrado por seus apoiadores, que se concentravam na classificação dos candidatos, insistindo frequentemente em quem “estava na frente”:

é o candidato socialista que chega ahn: (.) na frente/ [...] ele está na frente (.) neste primeiro turno (Ségolène Royal)

eles colocaram François Hollande\ (.) na frente (Lionel Jospin)

eles colocaram François Hollande na frente (Jean-Marc Ayrault)

François Hollande / (.) ESTÁ na frente (Manuel Valls)

François Hollande (.) que é o melhor colocado/ (Laurent Fabius)

Essa escolha de uma apresentação ordinal é particularmente notável nos comentários dos resultados das eleições europeias de 2014. O que constitui o “terremoto”, o “choque”, a “onda gigante”, o “tapa” – para retomar as designações recorrentes – é o primeiro lugar obtido pela Frente Nacional, mais ainda que o resultado (25%) que ela obteve, o que leva Roger Karoutchi (UMP) a lamentar que seu partido não tenha formado uma chapa comum com os centristas:

mas enfim/ (.) globalmente se observarmos/ (.) se tivéssemos formado uma chapa comum teríamos obtido entre trinta trinta e um por cento/ (.) infelizmente/(.) e estaríamos/ na frente do FN\ (.) a simbologia é forte\ (.) estaríamos na frente da Frente Nacional\

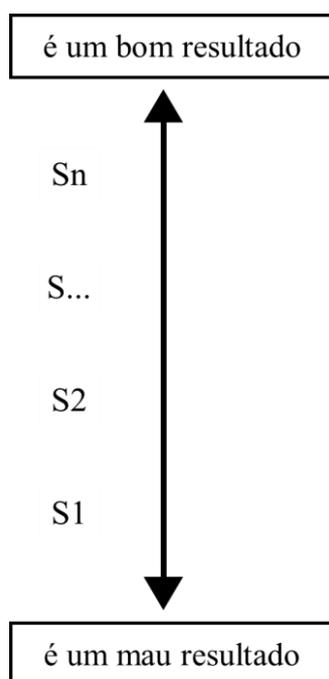
O comentário de Karoutchi ilustra o interesse em raciocínios contrafactuais, que nos permitem imaginar um mundo possível mais aceitável face a uma realidade considerada insuportável (nesse caso, imaginar um mundo onde a UMP estaria “na frente da FN”).

## 1.2 A disposição em argumentos

Para além da disposição em palavras dos resultados obtidos pelos diferentes candidatos, que os orientam argumentativamente para uma avaliação positiva ou negativa, esse último caso pode ser objeto de uma argumentação retórica – ou seja, pode se integrar, como conclusão, a uma sequência argumentativa mais vasta, estando sua aceitabilidade apoiada em uma ou mais premissas.

O procedimento argumentativo mais amplamente utilizado para justificar discursivamente as avaliações dos resultados obtidos pelos candidatos é o recurso de comparação. O mecanismo principal dessas comparações é o seguinte: “S1 é um bom resultado se  $S1 > S2$ ” ou “S1 é um mau resultado se  $S1 < S2$ ”. O argumento por comparação se apoia em uma escala bidirecional<sup>9</sup>, na qual são distribuídos os resultados, potenciais argumentos para as conclusões “é um bom resultado” ou “é um mau resultado”.

**Figura 1.** Distribuição dos resultados em uma escala argumentativa



Assim, nas eleições europeias de 2014 e antes mesmo da divulgação dos resultados, Michaël Szames, correspondente especial da LCP/ Public Sénat<sup>N.T.7</sup> no QG do PS, estabelece as bases da avaliação do resultado por vir, levando em conta os 16% obtidos pelo partido nas eleições de 2009, depois dos resultados de 1994:

<sup>9</sup> Essa representação se inspira na noção de escala argumentativa (Ducrot, 1980), adaptada à especificidade do fenômeno considerado – aqui, ao fato de que dois polos do eixo dos resultados (“bom resultado” / “mau resultado”) são mobilizados nos julgamentos avaliativos conclusivos.

<sup>N.T.7</sup> “TF1”, “France 2” e “LCP-Public Sénat” são canais de televisão franceses.

então é isso os TRÊS cenários que são construídos aqui para o partido socialista\ com dezesseis por cento/ seria uma vitória/ (.) quase uma vitória/ o mes/mo resultado de 2009/ (.) seria (.) praticamente (.) INesperado para o partido socialista\ (...) abaixo de dezesseis por cento/ vamos di/zer (.) é quase normal\ e considerando as dificuldades atuais do governo/ seria (.) quase/ assim uma vitó/ria (.) mesmo que ela seja menor ou esteja abaixo/ (.) abaixo, caso aconteça/ (.) se estaria próximo do resultado de Michel Rocard em 94/ nesse caso/ (.) haveria sérias questões a serem consideradas pelo partido socialista

O resultado tomado como ponto de referência para a comparação (o foro) é, primeiramente, o resultado obtido pelo Partido Socialista nas eleições europeias de 2009. Szames especifica as avaliações do resultado por vir em relação à sua posição face a esse foro: uma equivalência dos resultados seria um argumento para concluir uma “vitória” “quase inesperada”, um resultado abaixo do foro (mas não muito) sustentaria uma avaliação em termos de “quase vitória”; Szames substitui, em seguida, o resultado de 2009 por um novo foro (o resultado obtido por Michel Rocard, líder da chapa socialista em 1994, a saber, 14,9%) cuja proximidade seria dessa vez um argumento para uma avaliação negativa (“haveria sérias questões a serem consideradas”).

As comparações nunca são definitivamente conclusivas, pois pode-se sempre as opor a uma outra comparação que levará, ela mesma, a uma conclusão diferente (Govier, 2001, p. 375). É essa versatilidade da comparação quantitativa, cuja orientação argumentativa varia com a posição do elemento em comparação sob o eixo considerado, que faz dele um recurso precioso, sempre suscetível a servir à conclusão desejada, desde que se apoie em um foro judiciosamente posicionado. Entretanto, durante as noites eleitorais, a gama de foros disponíveis é ampla; são desde resultados obtidos pelos outros candidatos na mesma eleição até resultados obtidos pelos candidatos do mesmo partido em eleições anteriores, passando pelo resultado obtido em eleições precedentes pelo candidato à eleição, sem esquecer do abundante recurso oferecido pelas previsões dos diversos institutos de pesquisa ao longo da campanha que precedeu as eleições. Assim, durante as eleições presidenciais de 2012, os partidários de Nicolas Sarkozy maciçamente evocam pesquisas de opinião, evidenciando que o resultado obtido pelo seu candidato superou as expectativas prévias:

Xavier Bertrand: o resultado (.) é um resultado que é SÓli/do (.) e e além disso percebe-se/ (.) muitos pensaram que já estava decidido/ lembrem-se então de que há algumas semanas (.) ele sequer se qualificaria para o segundo turno ao que parece (.) ele SEquer estaria (.) na liderança (.) e aqui estamos hoje/ (.) eu apenas me lembro\

Os mesmos se lembram que, ao contrário, Jean-Luc Mélenchon não obteve o “resultado espetacular” que tinha sido previsto:

Alain Juppé: eu mesmo diria que [...] a eleição não parece a mesma que tínhamos previsto\ [...] o resultado espetacular previsto para o candidato Mélenchon/ (.) ele não se concretizou/

A comparação dos resultados obtidos com os resultados previstos segue a mesma lógica das outras formas de comparação descritas anteriormente. O resultado de Jean-Luc Mélenchon, inferior àquele previsto pelas pesquisas, pode, desse modo, ser considerado como um mau resultado; o de Nicolas Sarkozy, superior àquele que foi previsto, é, sob esse ponto de vista, um bom resultado.

A análise dessas comparações de resultados em um contexto interacional permite observar as objeções ou refutações às quais elas enfrentam e permite identificar alguns elementos de uma crítica comum da argumentação por comparação<sup>10</sup>.

- Uma primeira reação consiste em contestar a verdade das premissas, em particular, contestar o resultado utilizado como foro.
- Uma outra reação consiste em sugerir que a diferença entre resultados comparados não é suficientemente significativa para fundamentar a avaliação de um deles.
- É possível questionar a comparação com base no argumento de que ela negligenciaria diferenças importantes entre as duas situações comparadas (comparar-se-ia, assim, um presidente atual a um ex primeiro-ministro, um resultado obtido em um período de crise econômica com um resultado obtido em um período mais favorável etc.).
- Uma reação comum consiste ainda em propor uma outra comparação orientada em sentido contrário, apresentada como mais conclusiva.
- Enfim, pode-se sugerir que uma argumentação por comparação não faz justiça aos reais desafios da situação considerada (o desafio não é apenas que um candidato se saia melhor que o resultado anterior obtido por um outro candidato de seu partido, mas que o próprio partido obtenha um bom resultado – o que decorrerá dos esforços cumulativos de candidatos sucessivos).

Perceberemos que algumas dessas refutações ecoam perguntas críticas associadas ao argumento por comparação de teorias normativas da argumentação (Brown, 1989; Eemeren; Grootendorst, 1992, p. 101-102; Whaley, 1998; Doury, 2009; Walton, 2014).

### 1.3 Uma argumentação situada

Todos esses procedimentos, que contribuem para argumentar linguisticamente ou retoricamente a avaliação dos resultados, são realizados por todos os locutores suscetíveis a intervir nas noites eleitorais. Observa-se, além disso, alguns fenômenos mais específicos que nos lembram que a análise da argumentação deve necessariamente ser relacionada à situação na qual se ancora e com a qual ela contribui para evoluir, aos locutores que se encarregam dela (de acordo com quem eles são, no caso em questão, jornalistas ou políticos), ao objeto ao qual ela se refere (aqui, à própria natureza da eleição), ao momento em que ela intervém (tanto no que diz respeito a uma “pequena história” quanto no que diz respeito, às vezes, à “Grande História”) – em resumo, a argumentação é uma atividade situada, e é como atividade situada que deve ser compreendida.

---

<sup>10</sup> Algumas das vias de refutação tomadas isoladamente não são específicas à discussão da comparação; é a panóplia composta pelo conjunto dessas reações possíveis que traça os contornos de um modo de crítica próprio da argumentação por comparação.

[N.T.: no original, refere-se a uma “panoplie composée de l’ensemble de ces réactions possibles qui trace les contours d’un mode de critique propre à l’argumentation comparative”].

### 1.3.1 Jornalistas/Políticos

É em comportamentos adotados pelas próprias instâncias enunciativas midiáticas (perguntas e comentários de jornalistas, mas também escolhas de disposição em imagem, em particular, em transmissões simultâneas) que nos deteremos a princípio.

O que se destaca é o uso frequente, por parte dessas instâncias, do registro emocional, que apenas se faz presente em reação a uma solicitação dos jornalistas ou, muitas vezes, é até mesmo evitado pelos políticos. Esse uso confirma que as mídias priorizam, mais ainda do que os homens e mulheres políticos, a captação da atenção em detrimento da busca pela credibilidade (Charaudeau, 2006, p. 8). A manifestação mais espetacular das emoções relacionadas às noites eleitorais e do significado argumentativo que carregam aparece durante as transmissões ao vivo dos comitês eleitorais dos diferentes partidos. A disposição emocional dos militantes, que as transmissões tornam acessível, é até mesmo um primeiro indício dos resultados do pleito enquanto o anúncio oficial dos resultados não foi ainda feito: cenas de júbilo valem como uma avaliação positiva do pleito; rostos abatidos significam uma avaliação negativa, assim como os adjetivos “decepcionantes”, os operadores “apenas” ou os substantivos “fracasso” ou “reprovação”. Essa disposição em imagem das emoções é frequentemente destacada pelos comentários:

Romain Messy (ao vivo do QG do Partido Socialista): sim com certeza David (.) com os militantes do Partido Socialista que receberam os resultados da tela gigante ao vivo na France dois/ (.) com uma explosão de alegria/ [Presidenciais 2012]

O mesmo comentário é feito por Guillaume Barret, que, ao vivo do QG da Frente Nacional, durante as mesmas eleições, evoca “uma explosão de alegria aqui eim quando os ahn: resultados na tela atrás de nós são mostrados/ (.) vocês os ouvem/ (.)”; e se a emoção é frequentemente considerada uma manifestação incontrolável, em um contexto em que a presença das mídias é tão forte, sua expressão hiperbólica pelos militantes também pode ser considerada estratégica, e sua explicitação pelos jornalistas, uma forma de reportar de modo polifônico a avaliação do resultado que ela subentende.

Ao mesmo tempo, frequentemente, é em termos de reação emocional que os jornalistas convidam os políticos a se expressarem; “você também está entristecido/ fale francamente”, pede Michel Grossiord a Bernand Debré na noite das eleições europeias; durante as presidenciais, David Pujadas interroga Manuel Valls sobre “seu sentimento, sua impressão” após o anúncio dos resultados”. Mas independentemente da emoção sugerida pelos jornalistas (e qualquer que seja a avaliação do resultado para a qual ela direciona), os políticos se esforçam para resistir a essa pressão pelo emotivo, sem dúvidas, considerada incompatível com a dignidade de sua função:

David Pujadas: Gilbert Collard essa noite/ o què (. ) você triunfa/ (. ) você exulta/ Gilbert Collard [exibindo uma expressão impassível]: em uma democracia/ a gente (. ) a gente se inteira daquilo que o povo deseja eim/ (. ) e eu gostaria de dizer primeiro a: (. ) todos as francesas e franceses (. ) que fazem parte da marca indelével<sup>11</sup>/ (. ) marca indelével/ (. ) que eles têm todo o meu respeito e toda a minha gratidão [Presidenciais 2012]

Notaremos, por fim, a utilização, para qualificar os resultados obtidos pelos candidatos, de adjetivos subjetivos afetivos, que “enunciam, ao mesmo tempo, uma propriedade do objeto que eles determinam e uma reação emocional do falante diante desse objeto” (Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 84). Em 2012, Fabien Namias qualifica como “impressionante” o resultado de Marine Le Pen; mas o adjetivo afetivo mais frequentemente utilizado ao longo da noite é o adjetivo “decepcionante”, e ele qualifica os resultados julgados abaixo do esperado, principalmente, o de Jean-Luc Mélenchon, a quem o jornalista presente na praça Stalingrad pergunta:

candidato Mélenchon você obteve MENOS de doze por cento você está decepcionado [Presidenciais 2012]

### 1.3.2 Duas eleições, dois regimes de comentários

Apesar da transversalidade de alguns procedimentos, que encontramos em uma noite eleitoral e em outra, cada uma delas é estruturada em aspectos particulares, ligados à natureza da eleição (europeia/presidencial/regional/departamental/municipal), ao tipo de escrutínio e à etapa considerada (primeiro ou segundo turno) e, por fim – mesmo que o essencial deste estudo de caso vise desnaturalizar os comentários de resultados e apresentá-los como construções discursivas e, não, como espelhos que refletem “fatos” –, aos próprios resultados.

Desse modo, muitos dos procedimentos descritos anteriormente fazem sentido em um contexto de noite de primeiro turno de eleições presidenciais; por eles prepararem para o segundo turno, convém conter a possível decepção, assim como um triunfalismo precipitado ou somar os resultados antecipando possíveis alianças.

Por outro lado, a estratégia que consiste em apresentar a todo custo o resultado obtido como um bom resultado e em rejeitar as qualificações de “fracasso”, que domina as eleições presidenciais de 2012, é, por vezes, suspensa. É isso que se observa durante as eleições europeias de 25 de maio de 2014, em razão do choque gerado pelo resultado obtido pela Frente Nacional<sup>12</sup>. Não é, assim, excepcional ouvir interações como a seguinte, em que Marie-Noëlle Lienemann reconhece, ainda que a contragosto, por um raciocínio contrafactual, o fracasso dos socialistas:

<sup>11</sup> Collard retoma aqui as palavras de Eva Joly, que qualificara o resultado da FN como “uma mancha indelével nos valores da democracia”.

<sup>12</sup> As primeiras estimativas indicavam que a FN obteria 25,0%, a UMP, 20,3%, o PS-PRG, 14,7% - as quais a FN tomou como argumento durante toda a noite para se apresentar como “partido na liderança da França”.

Michäel Szames: imaginamos/ Marie-Noëlle Lienemann isso é uma sanção/ à política adotada/ pelo atual governo de Manuel Valls\ Marie-Noëlle Lienemann: ahn (.) sim (.) evidentemente se tudo estivesse bem/ não teríamos obtido esse resultado\

Do mesmo modo, Roger Karaoutchi, convidado a comentar pela UMP, admite:

ahn bem se eu te disser que estou soltando fogos de artifício: isso seria demais/ (.) ahn já tive noites mais diver/tidas

De todo modo, e apesar do acordo em relação à avaliação negativa do resultado, os partidos que obtiveram um resultado pouco satisfatório preferem se lastimar em um grupo de derrotados o mais amplo possível, daí o sucesso da análise retomada por todos os comentaristas em estúdio, que afirmam que nenhum partido, exceto a Frente Nacional, pode se alegrar com o resultado que obteve (“um único vencedor, muitos derrotados”, sugere, por exemplo, Guillaume Petit na Public Sénat). Dessa forma, é do interesse dos socialistas, na aceitação de sua derrota, associar-se a outros partidos. Nesse sentido, David Assouline, questionado sobre a derrota do Partido Socialista, resiste à avaliação negativa sugerida pelo jornalista:

resta eu eu repito/ a abstenção: massi/va (.) que foi certamente mais forte na esquerda porque [...] a segunda coisa é uma vitória da Frente Nacional/ (.) [...] e isso pede uma reação de TODOS os republicanos que devem entender (.) e de TODO mundo TODO mundo deve assumir sua responsabilidade

No fim dessas pistas de análise abertas pelo exame da construção argumentativa dos comentários de resultado, retomaremos, em seguida, algumas características da abordagem da argumentação que sustentou esse estudo de caso e em particular:

- a importância dada à dimensão da linguagem;
- o papel determinante da construção dos dados;
- a relação entre teorias, dados e a noção de aplicação que deles se depreende.

## 2 A argumentação pela linguagem

Nós nos interessamos mais particularmente pelas questões de linguagem tais como são abordadas, implícita ou explicitamente, pelas diferentes teorias da argumentação mencionadas na introdução, adotando, em função dos casos considerados, a perspectiva da análise do discurso ou da análise das interações.

A análise clássica da argumentação retórica constitui para nós uma forma de análise do discurso (não dizemos “precursora”). O discurso retórico (ou comunicação pública, em inglês, *public address*) corresponde ao discurso em sua acepção tradicional, isto é, “aquilo que, dito em público, trata de um assunto com um certo método e certa extensão” (Littré, art. Discours). Essa noção de discurso como “comunicação pública” não tem nada a ver com o discurso como é definido por Foucault (1969; 1971), mas ela se encaixa perfeitamente no quadro que denominamos atualmente de “análise do discurso” (Maingueneau, 1976; 1990; Charaudeau;

Maingueneau, 2002) e nos parece seguir a perspectiva perelmaniana do “objeto da [teoria da argumentação]” como “estudo de técnicas discursivas” orientadas à persuasão (Perelman; Olbrechts-Tyteca, [1958], p. 5).

Nós nos alinhamos, assim, no domínio francófono, aos trabalhos de Amossy sobre “a argumentação no discurso” ([2000], 2008, 2012), que defendem que “a argumentação é indissociável do funcionamento global do discurso” (Amossy, 2008) e propõem, conseqüentemente, integrar a análise da argumentação à análise do discurso. Nossa perspectiva se diferencia, no entanto, da abordagem da “argumentação no discurso”, no sentido de que não defendemos uma abordagem “ampla” da argumentação no discurso (integrando, além dos discursos com visada argumentativa, discursos com dimensão argumentativa; *cf.* por exemplo, Amossy, 2008). A generalização da noção de argumentação é correlativa à de orientação (Ducrot, 1983), mas nós consideramos que apenas algumas orientações são argumentativas (existem, por outro lado, orientações descritivas, narrativas...). Do fato que existe, efetivamente, uma orientação, não se pode concluir, portanto, que há uma argumentação.

Correlativamente, a análise da argumentação foca em certos discursos ou fragmentos de discursos cuja unidade de base é a sequência argumentativa (argumento(s) - conclusão); essa delimitação é uma tarefa primordial e difícil. A noção de tipo de argumento é, para nós, uma categoria central da análise da argumentação, na medida em que ela restitui a coerência da sequência argumentativa e ilumina a dinâmica interacional na qual ela se insere, prefigurando as reações críticas as quais ela suscitará.

A articulação da análise da argumentação com a análise do discurso (ver Plantin, artigos sobre a argumentação em Charaudeau e Maingueneau 2002) é repleta de referências ao sistema da retórica clássica, como exposto por Patillon (1990). Uma série de trabalhos apoia sua abordagem da retórica clássica e de diversos elementos das ciências da linguagem e da comunicação, por exemplo, Declercq (1993), Robrieux (1993), Plantin (1990, 2005), Breton (1996), Tutescu (2003), Danblon (2005), Micheli (2012).

Por outro lado, a mobilização da análise das interações para tratar de algumas trocas argumentativas é natural, na medida em que a ligação da argumentação com o diálogo é tão antiga quanto a argumentação dialética. Os primeiros estudos conduzidos sob a perspectiva das interações cotidianas se encontram em Cox e Willard (Orgs., 1982), Moeschler (1985), van Eemeren *et al.* (Orgs., 1987); nós encontramos prolongamentos desses estudos em Doury (2001), Doury e Kerbrat-Orecchioni (2011), Jacquin (2014). A articulação dessas duas abordagens da argumentação pela análise do discurso e pela análise das interações se faz pela noção de dialogismo. Nós adaptamos uma perspectiva bakhtiniana que considera o discurso dialógico monológico a interiorização de discursos dialógicos (Bakhtin, 1978).

Se podem existir divergências teóricas sobre as partes e as funções respectivas da linguagem e da razão na argumentação, constatamos que os dados examinados por essas teorias são dados da linguagem: basta abrir uma obra qualquer sobre argumentação cotidiana para

observar que a teoria se apoia em enunciados ou em pares de enunciados (que podem ter sido criados pelo analista ou podem ter sido coletados para fins de análise); em parágrafos ou em sequências textuais (quase sempre coletados); em interações ou em sequências interacionais (geralmente gravadas e transcritas). Os dados recolhidos são ditos autênticos no sentido de que não foram criados para fins de análise, mas, ainda assim, foram escolhidos, recortados e reunidos para esses fins.

A argumentação é, portanto, uma prática da linguagem; ou linguagem e discurso não são transparentes. Falar, e especialmente argumentar, não é “pensar alto”. Não argumentamos “mentalmente”, mas o fazemos por meio de um discurso, expresso em uma língua natural que estrutura esse discurso. As ciências da língua e da fala têm por vocação fazer uma descrição dessa estrutura que a torna inteligível. Vejamos alguns exemplos dessa abordagem:

- Representa-se de forma elementar a relação argumento-conclusão como uma relação bi-proposicional (Bruno Gollnisch, 2014: “o partido (.) de quem está/ no governo/ (.) ahn obteve 14 por cento/ [proposição 1] (.) é uma verdadeira crise institucional [proposição 2]”). Essa relação entra no capítulo mais clássico do estudo das relações entre frases, da gramática da justaposição, da coordenação e da subordinação dos enunciados. O estudo da conexão argumentativa é um capítulo dessa gramática.
- A conclusão é apresentada como a sequência “lógica” do enunciado. Entretanto, tanto Grize quanto Ducrot mostraram que o valor argumentativo de um enunciado depende de sua estruturação inteira e está ligado ao próprio sentido dos lexemas que o compõem. Quando, em 2014, Michel Grossior sublinha que “o partido socialista está abaixo de 15%/ com QUATORze vírgula oito por cento/” a própria formulação do resultado obtido pelo PS “contém” a conclusão (a avaliação negativa do resultado). Em outras palavras, o discurso natural é “enviesado”; ele não respeita o princípio lógico de independência da conclusão em relação ao argumento: o argumento contém sempre um pouco da conclusão; a relação argumento-conclusão também envolve a reformulação. Esse é um fato que deve ser levado em consideração ao se tratar do razoável ou da petição de princípio na argumentação.
- A forma da argumentação é raramente bi-proposicional; argumentos e conclusões se apresentam, frequentemente, sob a forma de discursos desenvolvidos. As argumentações (e em particular, as argumentações por consequências) assumem comumente dimensões romanescas (mesmo que, no estudo de caso abordado acima, o contrato midiático imponha limites drásticos à amplitude das argumentações apresentadas pelos diferentes participantes). Seu estudo utiliza os instrumentos da *Textlinguistik*, da gramática da enunciação, assim como todos aqueles que foram produzidos pela teoria do discurso e pela estilística do texto e da fala.

- Para poder funcionar como argumento, um enunciado deve ser senão incontestável, ao menos, incontestado. Ou há uma estilística da verdade dos fatos e da sinceridade dos locutores que se interessa, precisamente, pela arte de implicar e de subtrair a contestação; pode-se, a partir do comentário de Roger Karaouchi, reproduzido anteriormente, desvelar a estratégia que consiste em atestar a sinceridade do locutor pela encenação do que lhe custa reconhecer como a verdade.
- Do ponto de vista da linguagem, um tipo de argumento é um “padrão discursivo”, e uma argumentação particular, uma instanciação desse padrão; isso, do ponto de vista linguístico, é compreendido em termos de enunciado genérico e de atualização. Pode-se, a partir de argumentações por comparação que visam justificar a avaliação de resultados, chegar a certas regras de construção discursiva desse tipo de argumento e identificar alguns padrões associados.
- Discurso e contradiscurso esquematizam diferentemente seus objetos e as pessoas de referência (para uns, Nicolas Sarkozy, em 2012, “resistiu bem”, enquanto para outros, ele foi “rejeitado”) e não os relacionam de uma mesma maneira. A lexicometria pode contribuir bastante com o estudo desse tipo de fenômeno.

Fenômenos desse tipo permitem pensar que os dados na argumentação podem ser analisados de modo coerente em termos de gramática e de estilística do discurso argumentativo. Sejam os claros: não se trata de advertir analistas da argumentação, lógicos, filósofos, sociólogos, psicólogos, mas apenas de sugerir que ter à mão uma gramática e um dicionário, embasados em uma boa filosofia da linguagem, pode ser útil algumas vezes.

Nós não somos especialistas em epistemologia das ciências, nem mesmo das ciências humanas, mas nós apresentamos, nos parágrafos seguintes, algumas reflexões sobre a forma geral do trabalho que nós desenvolvemos, com suas implicações metodológicas mais evidentes.

### 3 Dados

Nossa pesquisa atribui grande importância à questão dos dados e a questões correlatas à estruturação de dados relevantes para um projeto de pesquisa específico como esse. Assim, ela faz parte da tendência iniciada pela linguística de corpus, em geral, e pelos estudos sobre interação, em particular, tais como surgiram no final do século XX. Sabemos que, ao contrário do que o termo sugere, os “dados” não são recebidos, mas construídos, com base em critérios que devem ser explicitados. Construir e estruturar esses dados, preservá-los e torná-los acessíveis é uma parte essencial do trabalho científico, que, além de tudo, custa tempo e dinheiro.

### 3.1 Questão argumentativa e heterogeneidade de dados

Os dados, no entanto, são abundantes; sua abundância e heterogeneidade exigem que os *corpora* sejam construídos com base em um princípio organizador, que possibilitará dizer se e em que medida um dado deve fazer parte do *corpus*. No caso da argumentação, consideramos que é a questão argumentativa que fornece o princípio da pertinência que rege a constituição do *corpus* (no estudo de caso apresentado acima, essa questão é a determinação da avaliação dos resultados obtidos pelos diferentes candidatos). A forma geral dos dados associados a uma pergunta é um conjunto de discursos que sustentam as várias respostas dadas a ela, em seus sistemas de alianças e de oposição (Plantin, 2016, verbetes “Estase”; “Questão”<sup>N.T.8</sup>). O privilégio das interações argumentativas é que elas fornecem imediatamente dados desse tipo.

É muito complicado constituir um *corpus* fazendo um inventário das intervenções que estão argumentativamente ligadas a tal discurso do presidente ou a tal evento que tenha provocado uma emoção social e reconstituir o que Ebel e Fiala (1983, p. 196) chamaram de uma “rede argumentativa” completa. Por razões de conveniência, geralmente, tomamos como objeto, dentro desse espaço discursivo, um subcorpus (no caso apresentado acima, as noites eleitorais da TF1 e da France 2 em 2012, e as da LCP-Public Sénat em 2014) ou uma simples sequência. Mas não podemos perder de vista o fato de que essa sequência faz parte de um *corpus* maior, que, considerado, pode facilitar a análise.

A argumentação se dá, evidentemente, tanto no diálogo quanto no monólogo; ela borra as fronteiras entre o oral e o escrito, e as mesmas questões podem ser debatidas em ambos os registros, em gêneros e formatos muito diferentes. O espaço discursivo criado pela pergunta, além disso, é totalmente aberto e compreende múltiplos gêneros, *sites* e formatos. Os tipos de dados relevantes para o estudo da argumentação são, portanto, heterogêneos.

### 3.2 Dimensão interacional/interdiscursiva da argumentação

Optamos por organizar essa heterogeneidade de dados argumentativos com base em princípios interacionais e interdiscursivos. Em primeiro lugar, a interação tem a virtude de enquadrar em um formato o discurso e o contra-discurso em um formato comum. Nesse sentido, ela simplifica o trabalho de construção de *corpora*, na medida em que qualquer episódio interacional em que há um desacordo ratificado é um “bom objeto” para o estudo da argumentação, restando, apenas, circunscrever corretamente seus limites.

Os processos interacionais são internalizados pelo discurso monológico por meio de mecanismos de dialogismo e de polifonia. Por outro lado, essa argumentação no discurso monológico dialógico pode ser externalizada na forma de diálogo. Do ponto de vista do ensino da argumentação, a experiência mostra que os estudantes têm muita dificuldade em explicitar as formas de diálogo contidas nesses monólogos.

---

<sup>N.T.8</sup> No original, os verbetes são “Stase” e “Question”.

O que foi dito acima se refere a dados lineares, tal como os constituímos para o estudo de um caso (de uma questão argumentativa). Os dados relacionados a diferentes perguntas também podem ser agrupados transversalmente, com o objetivo de documentar e discutir uma questão teórica, por exemplo, a estrutura da argumentação por desperdícios ou os modos de posicionamento do discurso de oposição em relação ao discurso de posição.

## 4 Teorias, dados, aplicações

No que segue, gostaríamos de tentar esclarecer nossa visão do que, no caso da argumentação, é a relação entre uma teoria e seus dados e o que significa a “aplicação de uma teoria”.

### 4.1 A teoria como linguagem

Os estudos de argumentação se desenvolvem como uma ciência discursiva, ou seja, uma ciência cujo discurso se desenvolve na língua cotidiana. Sua sintaxe é a da língua cotidiana, e seus conceitos são expressos por termos cujo significado permanece ligado a significados comuns.

Assim, os conceitos correspondem a palavras “regimentadas”. Eles são coordenados em uma linguagem analítica, ou “teoria”. “Coordenados” significa que eles são definidos de forma homogênea (tanto quanto possível) em termos de substância e das relações que mantêm entre si: as definições devem ser não contraditórias (ou, pelo menos, compatíveis) e devem ser não redundantes (ou, pelo menos, não muito redundantes); por fim, elas devem ser completas e replicáveis/abundantes o suficiente para dar a melhor descrição possível de um “pequeno mundo” de dados fundamentais.

### 4.2 Interdependência dados/teorias

Além disso, uma linguagem teórica é definida em função dos dados que ela pretende explicar; é apenas por elipse que falamos de uma “teoria” de forma absoluta; uma teoria é sempre uma “teoria de -”. O fato de estar correlacionada com os dados não a torna uma teoria “impura”; pelo contrário, torna-a mais pertinente. Uma teoria é, portanto, uma ferramenta que permite construir representações (modelos) de seus dados associados. Por outro lado, os problemas encontrados no decorrer dessa construção ajudam as teorias a evoluir.

Portanto, vemos a linguística da argumentação como uma ciência natural, compreensiva, baseada na observação. Ela pressupõe uma educação na observação de dados. A abordagem linguística da argumentação fornece ferramentas que, quando combinadas com outras ferramentas compatíveis extraídas da teoria clássica da argumentação, possibilitam a construção de representações adequadas e esclarecedoras da atividade argumentativa.

## LINHA D'ÁGUA

## 4.3 Adequação descritiva, adequação explicativa

Uma boa teoria tem duas virtudes essenciais: deve ser adequada dos pontos de vista descritivo e explicativo (aqui usamos e adaptamos termos e ideias de Chomsky, 1964). Essas duas formas de adequação caracterizam uma abordagem compreensiva da argumentação.

### 4.3.1 Adequação descritiva

Uma teoria é descritivamente adequada se as descrições que ela nos permite construir correspondem à intuição, dando uma imagem correta e coerente das intuições do argumentador informado. Por exemplo, pretender descrever a argumentação cotidiana sem levar em conta a subjetividade ou a emoção não é descritivamente adequado; tampouco o é falar sistematicamente de apelo à emoção como falácia, na medida em que a emoção pode ser legítima e argumentada, como constatamos à primeira vista nos dados (Micheli, 2010; Plantin 1998; 2011).

Podemos reforçar a condição de adequação descritiva tomando como referência não mais o conhecimento comum, mas o conhecimento compartilhado pela comunidade de estudos de argumentação; isso exigirá, por exemplo, que os vários tipos de argumento sejam corretamente identificados.

### 4.3.2 Adequação explicativa

Uma teoria é adequada do ponto de vista da explicação se as descrições que ela nos permite construir lançarem alguma nova luz sobre os dados, se ela melhorar a compreensão do falante-argumentador informado ou mesmo do especialista em argumentação. Por exemplo, a noção de escala argumentativa proposta pela teoria da argumentação na língua (Ducrot, 1980) tem um valor explicativo, pois permite integrar os fenômenos de graduação à teoria da argumentação.

Se uma representação estiver desalinhada com a intuição informada, isso não significa que esteja errada. Mas o analista deve passar para outro nível e mostrar que sua representação, por exemplo, dá mais coerência à descrição geral, ou que ela esclarece ou revela fatos que antes eram ignorados. A adequação explicativa precede a adequação descritiva.

Essa noção ampla do trabalho em argumentação exige o esclarecimento de oposições comuns, como “teorias *versus* práticas”, “teóricos *versus* praticantes”, “abordagens teóricas *versus* abordagens empíricas”; ou mesmo o que significa “aplicar uma teoria” ou “qualquer teoria de argumentação é necessariamente normativa”.

## 5 Abordagens teóricas versus abordagens empíricas

O termo “aplicação” é geralmente usado quando um modelo de argumentação é “aplicado” a dados empíricos. O estudo das argumentações que se desenvolvem em torno da construção de uma linha de trem de alta velocidade (TGV) ou do desenvolvimento de um aeroporto é, portanto, uma aplicação da teoria da argumentação.

Um desvio para as ciências da vida nos permite explorar melhor a relação entre teoria, dados e aplicação. A teoria da evolução é definida em relação a um conjunto de dados aos quais ela se aplica, no sentido de que visa explicar: “a diversificação das formas de vida”: “As explicações científicas da diversificação das formas de vida que aparecem na natureza, desde as primeiras formas de vida até a biodiversidade atual, são chamadas de “teorias da evolução”<sup>13</sup>.

Na próxima seção, referimo-nos à aplicação dessa teoria, mas em um sentido diferente do anterior: “A teoria da evolução pode ser aplicada às sociedades? / A teoria da seleção natural, que pressupõe a competição e a análise das restrições do meio, permite compreender a história humana?”<sup>14</sup>.

Propomo-nos aqui a fazer com que essa teoria funcione em novos objetos que não fazem parte do campo de definição original, como por exemplo, as sociedades. Partimos de uma analogia entre “forma de vida/forma de sociedade” e entre “evolução dos organismos/história”:

Nas últimas décadas, a aplicação das teses apresentadas pelo estudioso inglês às sociedades humanas deu origem a uma disciplina conhecida como psicologia evolutiva, que postula que a psicologia também está, ela mesma, sujeita aos mecanismos de seleção natural<sup>15</sup>.

Podemos ver que a expressão “aplicar uma teoria a novos dados” não tem o mesmo significado, dependendo do fato de os chamados novos dados estarem ou não dentro da definição da teoria. Nem a psicologia nem a sociologia se enquadram na definição da teoria darwiniana; se não conseguimos mostrar que as “sociedades humanas” ou a “psicologia” evoluem de acordo com as leis de Darwin, também não refutamos a teoria darwiniana, na medida em que esses objetos não são “formas de vida” no sentido darwiniano do termo.

Por outro lado, se fizermos com que a teoria da evolução funcione com dados pertencentes à categoria de objetos sobre os quais ela foi definida, não estaremos na mesma situação. Por exemplo, se encontrarmos uma “forma de vida” cuja evolução contradiga claramente as leis darwinianas, teremos de fazer algo a respeito. Um popperiano diria que a teoria foi refutada; um pragmatista diria que sempre podemos tentar consertá-la.

<sup>13</sup> Disponível em: [http://fr.wikipedia.org/wiki/Évolution\\_\(biologie\)](http://fr.wikipedia.org/wiki/Évolution_(biologie)). Acesso em: 13 mar. 2015.

<sup>14</sup> Disponível em: [http://www.scienceshumaines.com/peut-on-appliquer-la-theorie-de-l-evolution-aux-societes\\_fr\\_1621.html](http://www.scienceshumaines.com/peut-on-appliquer-la-theorie-de-l-evolution-aux-societes_fr_1621.html). Acesso em: 13 mar. 2015.

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.unige.ch/communication/Campus/campus95/dossier1/dossier.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

Do nosso ponto de vista, portanto, é impossível abandonar a teoria para se dedicar aos dados ou se dedicar aos dados abandonando a teoria. Qualquer abordagem dos dados é baseada em uma teoria. Se esquecermos a teoria, a descrição será meramente informativa; se a teoria esquecer seus dados, se tomar como dado a inspiração do momento, tratada de forma alusiva, a teoria será pobre e precária. Não basta negligenciar os dados para tornar uma teoria pura.

Portanto, rejeitamos oposições como “teorias *versus* práticas”, “teóricos *versus* empiricistas”. Podemos falar de uma abordagem teórica para descrever uma abordagem que constrói e trabalha em seus dados com o objetivo explícito de reformar a teoria, e de uma abordagem empírica quando se usa a teoria para construir uma representação dos dados. Em ambos os casos, a teoria e os dados são inseparáveis. Não existe uma grande teoria que não precise ser reformulada com base nos dados; e se os dados puderem ser perfeitamente incluídos na teoria, isso mostra que a teoria é sólida e que os dados são triviais.

## 6 As normas na representação

Levar em conta a questão argumentativa fornece não só o princípio da pertinência que possibilita a construção de um *corpus*, como também permite levantar a questão do tratamento adequado às normas na argumentação. Para nós, as estratégias normativas fazem parte dos dados e devem ser representadas como tais pelo modelo (Plantin, 1995; 2009; Doury, 2008).

De modo análogo, discordamos da *doxa* que prevalece nos estudos da argumentação, segundo a qual uma teoria da argumentação é necessariamente normativa, ou que é por causa de seu caráter normativo que uma abordagem da argumentação é digna de ser chamada de “teoria”; em outras palavras, que a descrição dos dados deve ser orientada para sua avaliação e que o produto final da análise deve ser um veredicto “esta argumentação é/não é válida”.

Estamos, simplesmente, seguindo a tradição linguística aqui: foi sugerido acima que a conexão argumentativa deveria ser considerada como um capítulo de uma gramática de textos. No entanto, “gramática” não é sinônimo de “gramática normativa”. Portanto, também estamos seguindo o caminho aberto pelo autor de *Fallacies* quando ele postula que

o lógico não está acima e fora da argumentação prática ou, necessariamente, faz julgamentos sobre ela. Ele não é um juiz ou um tribunal de apelação, e não existe tal juiz ou tribunal: ele é, na melhor das hipóteses, um advogado treinado. Portanto, não é tarefa específica do lógico declarar a verdade de qualquer afirmação ou a validade de qualquer argumento (Hamblin, 1970, p. 244-245)<sup>16</sup>. N.T.<sup>9</sup>

---

<sup>16</sup> Por “lógico”, entender “teórico da argumentação”.

<sup>N.T.<sup>9</sup></sup> No original em inglês: the logician does not stand above and outside practical argumentation or, necessarily, pass judgement on it. He is not a judge or a court of appeal, and there is no such judge or court: he is, at best, a trained advocate. It follows that it is not the logician's particular job to declare the truth of any statement or the validity of any argument (Hamblin, 1970, p. 244-245).

O fato de essa abordagem não ser normativa não significa que ela seja cega a normas. Nossa abordagem leva plenamente em conta uma característica fundamental da argumentação cotidiana, o fato de que ela está constantemente sendo avaliada; a argumentação é uma atividade crítica avaliativa. Isso nos permite elaborar uma teoria da argumentação baseada na noção de pergunta e na articulação entre o discurso e o contra-discurso, que incorpora, como dados, as avaliações produzidas pelos atores na argumentação: combinamos, assim, com a apresentação dos argumentos por comparação que justificam a avaliação dos resultados durante as campanhas eleitorais, a análise das refutações a que eles dão origem, trazendo à tona, dessa forma, certos caminhos da crítica comum da comparação. Argumentar é envolver-se em um processo contínuo de avaliação, implícita ou explícita. Refutações e objeções são igualmente avaliações negativas em ação. Apresentar uma proposição face à outra proposição é equivalente a uma avaliação negativa da proposição pré-existente; as marcas de alinhamento que acolhem uma proposição são avaliações positivas dessa proposição. A avaliação pode ser explicitada, por exemplo, com o uso de expressões “meta” avaliativas, como “não faz sentido! sofismo! absurdo!”. A aquisição e a prática dos mecanismos e dos níveis de avaliação são essenciais para aprender a argumentar.

Dizer que a avaliação é uma questão para os participantes não significa que a avaliação produzida por este ou aquele participante seja necessariamente válida, final. A avaliação é um processo dialético e pode ser avaliada no turno de fala seguinte.

## 7 A argumentação é uma atividade situada

Por fim, a argumentação cotidiana é uma atividade situada (Suchman, 1987). Essa noção foi introduzida para enfatizar a importância do contexto em que a ação ocorre, mas também para levar em conta as (re)definições permanentes do contexto em relação à ação em andamento e vice-versa.

Como todas as produções linguísticas cotidianas, a argumentação é marcada por condições de enunciação e de interação: foi isso que procuramos capturar em nosso estudo de caso, mencionando algumas das variações discursivas provocadas pelo status dos participantes (jornalistas ou políticos) ou pela eleição em questão (contraste entre as eleições presidenciais de 2012 e as eleições parlamentares europeias de 2014).

As dimensões intersubjetiva<sup>17</sup> e interacional não podem ser consideradas como um suplemento comunicativo do discurso argumentativo, marcando a adaptação contingente de um conteúdo a um contexto. Isso implica, por exemplo, que as dimensões afetivas e emocionais da comunicação verbal devam ser levadas em conta na teoria da argumentação; e se levar em conta a subjetividade nos torna retóricos, então esperamos que os retóricos queiram nos admitir como um dos seus.

---

<sup>17</sup> É por isso que a noção de ponto de vista é inerente à atividade linguística cotidiana.

A razoabilidade argumentativa também é situada, no sentido de que está ligada não a um sistema de regras universais que abrangem todas as atividades humanas, mas a normas e procedimentos locais, a “regras do espaço argumentativo”: a razoabilidade do tribunal de justiça não é a razoabilidade da assembleia deliberativa. De modo geral, a razoabilidade pode ser encontrada em algum lugar nos meandros das regras de polidez, das máximas conversacionais, das regras e dos costumes de assembleia.

Como uma atividade situada complexa, a argumentação inclui não apenas fenômenos relacionados ao *ethos*<sup>18</sup> e ao *pathos*, as pessoas, seus interesses, valores, motivos e emoções, mas também seus sistemas de conhecimento, por mais fragmentados e mal articulados que sejam, que podem ser relacionados ao *logos*; e essa coexistência de registros de *ethos*, *pathos* e *logos* não deve nos levar a subestimar a consistência do último. De fato, podemos invalidar a atividade argumentativa cotidiana relacionando-a ao ideal socrático de uma troca de objetividades e verdades como as que poderiam circular em um diálogo com os deuses. Mas isso não significa que a verdade seja inacessível às trocas comuns, em que o predicado “é verdade” às vezes é aplicado de forma satisfatória às contribuições de alguns participantes. Como uma atividade sublunar, a argumentação se enquadra perfeitamente nas artes da prova, pois é construída e administrada em uma ampla família de ciências que vão da física à medicina, à história e à investigação judicial.

As variações no campo do conhecimento em que o argumento se inscreve acarretam variações na linguagem usada para expressá-lo. Em seu uso cotidiano, a linguagem é sistematicamente orientada ou tendenciosa, mas isso não a torna radicalmente falaciosa. Buscar uma linguagem “neutra”, excluindo a subjetividade e a intencionalidade, é embarcar na construção de uma ortolinguagem cujo léxico e sintaxe são governados pelas leis do cálculo e da inferência formal, em desacordo com a linguagem cotidiana. Essa abordagem é possível, legítima e comum; ela está em ação na difícil transição da linguagem comum para as linguagens do conhecimento. Ela implica uma ruptura com a razoabilidade comum da língua e do discurso, na qual uma certa parte dos assuntos humanos comuns é tratada.

O uso de uma linguagem de conhecimento reflete a ambição epistêmica da argumentação, mas isso pode ser alcançado sem negar a dimensão intersubjetiva da argumentação. A “subjetividade epistêmica” é levada em consideração no estudo dos processos de construção de conhecimento orientados, especialmente, no ensino fundamental das ciências. A pesquisa atual em argumentação é particularmente ativa e inovadora no campo da educação científica, em que argumentamos para aprender e aprendemos a argumentar. De modo geral, como atividade de raciocínio, a argumentação baseia-se em informações, conhecimentos e procedimentos estruturados; em seu trabalho argumentativo, o locutor pode estar envolvido em um processo de construção de conhecimento. Esse ponto nos separa dos retóricos que só aceitariam lugares-comuns articulados pelo senso comum como base da argumentação.

---

<sup>18</sup> Sobre o *ethos* na argumentação retórica, ver Amossy (2010).

## 8 Conclusão: uma abordagem compreensiva da argumentação

Em resumo, nós abordamos a argumentação como uma atividade linguageira que lida com a força estruturante da linguagem, na qual ela pode se apoiar ou na qual ela pode, se necessário, se desvincular; como uma atividade intersubjetiva, em todas as dimensões da subjetividade, incluindo a subjetividade epistêmica; como uma interação crítica, em que os avaliadores são os participantes. A tarefa dos estudos da argumentação é de construir uma linguagem analítica substancial e coerente, tornando possível a construção de representações elucidativas de dados construídos, que permitam colocá-la à prova.

Essas representações podem, em certa medida, serem objetos de restituição de argumentadores informados (adequação descritiva); elas devem, em todos os casos, elucidar essas práticas (adequação explicativa). Com base nisso, e seguindo Max Weber (1913), falaremos em uma abordagem compreensiva da argumentação, isto é, uma abordagem que considera o sentido que os interlocutores dão às suas atividades argumentativas, os saberes que eles constroem nessas atividades e suas intenções, tais como se manifestam. Em particular, levamos a sério e reconhecemos o valor das avaliações recíprocas que eles fazem de suas atividades argumentativas.

## Referências

- AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Nathan, 2012 [2000].
- AMOSSY, R. Argumentation et analyse du discours: perspectives théoriques et découpages disciplinaires. *Argumentation et Analyse du Discours*, n. 1, p. 200-2017, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/aad.200>.
- AMOSSY, R. 2010. *La présentation de soi*. Ethos et identité verbale. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- AMOSSY, R. Faut-il intégrer l'argumentation dans l'analyse du discours? Problématiques et enjeux. *Argumentation et Analyse du Discours*, n. 9, p. 39-58, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/aad.1346>.
- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Liège&Bruxelles: Mardaga, 1983.
- AUROUX, S. Argumentation et anti-rhétorique. La mathématisation de la logique classique. *Hermès*, n. 15, p. 129-144, 1995. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-hermes-la-revue-1995-1-page-129?lang=fr>. Acesso em: 15 set. 2024.
- BAKHTINE, M. *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 1978.
- BLAIR, J. A.; JOHNSON, R. H. The Recent Development of Informal Logic. In: BLAIR, J. A.; JOHNSON, R. H. (Orgs.). *Informal logic: The first international symposium*. Inverness: Edgepress, 1980, p. 3-28.
- BRETON, P. *L'argumentation dans la communication*. Paris: La Découverte, 1996.
- BROWN, W. R. Two Traditions of Analogy. *Informal Logic*, v. 11, n. 3, p. 161-172, 1989.
- CHARAUDEAU, P. Discours journalistique et positionnements énonciatifs. Frontières et derives. *Semen*, n. 22, p. 29-44, 2006. DOI: <https://doi.org/10.4000/semem.2793>.

- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002.
- CHOMSKY, N. *Current issues in linguistic theory*. The Hague: Mouton, 1964.
- COX, J. R.; WILLARD, C. A. (Orgs). 1982. *Advances in Argumentation Theory and Research*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1982.
- DANBLON, E. *La fonction persuasive*. Anthropologie du discours rhétorique: origines et actualité. Paris: Colin, 2005.
- DECLERCQ, G. *L'art d'argumenter. Structures Rhétoriques et littéraires*. Paris: Éditions Universitaires, 1993.
- DOURY, M. Une discussion dans un commerce d'habitueés. *Les Carnets du Cediscor*, n. 7, p. 119-134, 2001. DOI: <https://doi.org/10.4000/cediscor.309>
- DOURY, M. "Ce n'est pas un argument !" Sur quelques aspects des théorisations spontanées de l'argumentation. *Pratiques*, n. 139, p. 111-128, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/pratiques.1207>.
- DOURY, M. Argument Schemes Typologies in Practice: the Case of Comparative Arguments. In: EEMEREN, F. H. van; GARSSSEN, B. (Orgs.). *Pondering on Problems of Argumentation: Twenty Essays on Theoretical Issues*. Dordrecht: Springer, 2009, p. 141-156.
- DOURY, M.; & KERBRAT-ORECCHIONI, C. La place de l'accord dans l'argumentation polémique: le cas du débat Sarkozy/Royal (2007). *À contrario*, v. 16, n. 2, p. 63-87, 2011. DOI: <https://doi.org/10.3917/aco.112.0063>.
- DOURY, M.; TSERONIS, A. Les faits et les arguments: la mise en discours des scores électoraux. In: GOES, J.; MANGIANTE, J.-M.; OLMO, F.; PINEIRA, C. (Orgs.). *Le langage manipulateur*. Pourquoi et comment argumenter? Arras: Presses Universitaires d'Artois, 2014, p. 193-210.
- DUCROT, O. *Les échelles argumentatives*. Paris: Minuit, 1980.
- DUCROT, O. Opérateurs argumentatifs et visée argumentative. *Cahiers de linguistique française*, n. 5, p. 7-36, 1983. Disponível em: [https://www.unige.ch/clf/fichiers/pdf/02-Ducrot\\_nclf5.pdf](https://www.unige.ch/clf/fichiers/pdf/02-Ducrot_nclf5.pdf). Acesso em: 15 set. 2024.
- DUCROT, O. Les modificateurs déréalisants. *Journal of Pragmatics*, v. 24, n. 1, p. 145-165, 1995. DOI: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(94\)00112-R](https://doi.org/10.1016/0378-2166(94)00112-R).
- DUCROT, O. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In: DOURY, M.; MOIRAND, S. (Orgs.). *L'argumentation aujourd'hui*. Positions théoriques en confrontation. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 17-34.
- EBEL, M.; FIALA, P. *Sous le consensus, la xénophobie*. Paroles, arguments, contextes (1961-1981). Thèse. Institut de Science Politique, *Mémoires et documents* 16. Lausanne, 1983.
- Eemeren, F. H. van & Rob Grootendorst. 1992. *Argumentation, Communication, and Fallacies : a Pragmatic-Dialectical Perspective* (Hillsdale, NJ : Erlbaum)
- Eemeren, F. H. van & Rob Grootendorst. 2004. *A Systematic Theory of Argumentation : The Pragmatic-Dialectical Approach* (Cambridge : Cambridge University Press)
- Eemeren, Frans H. van, Rob Grootendorst, J. Anthony Blair & Charles A. Willard (éds). 1987. *Argumentation: Perspectives and Approaches* (Dordrecht : Foris)
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- FREGE, G. *Idéographie*. Tradução do alemão [*Begriffsschrift*], prefácio, notas e index Corine Besson. Posfácio Jonathan Barnes. Paris: Vrin, 1999 [1879].

- GOVIER, T. *A practical study of argument*. 5th edition. Belmont: Wadsworth, 2001.
- GRIZE, J.-B. *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1990.
- HAMBLIN, C. L. *Fallacies*. Londres: Methuen, 1970.
- JACQUIN, J. *Débattre. L'argumentation et l'identité au coeur d'une pratique verbale* Bruxelles: De Boeck, 2014.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage* Paris: Armand Colin, 1980.
- MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976.
- MAINGUENEAU, D. *L'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1990.
- MICHELI, R. *L'émotion argumentée. L'abolition de la peine de mort dans le débat parlementaire français*. Paris: Le Cerf, 2010.
- MICHELI, R. Les visées de l'argumentation et leurs corrélats langagiers: une approche discursive. *Argumentation et Analyse du Discours*, n. 9, p. 59-75, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/aad.1406>.
- MOESCHLER, J. *Argumentation et conversation. Éléments pour une analyse pragmatique du discours*. Paris : Hatier, 1985.
- PATILLON, M. *Éléments de rhétorique classique*. Paris: Armand Colin, 2005 [1990].
- PLANTIN, C. *Essais sur l'argumentation*. Paris: Kimé, 1990.
- PLANTIN, C. L'argument du paralogisme. *Hermès*, n. 15, p. 241-258, 1995. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-hermes-la-revue-1995-1-page-245?lang=fr>. Acesso em: 15 set. 2024.
- PLANTIN, C. Les raisons des émotions. In: BONDI, M. (Org.). *Forms of argumentative discourse / Per un'analisi linguistica dell'argomentare*. Bologne: CLUEB, 1998, p. 3-50.
- PLANTIN, C. *L'argumentation. Histoire, théories, perspectives*. Paris: PUF, 2005.
- PLANTIN, C. Critique de la parole: les fallacies dans le discours argumentative. In: ATAYAN, V.; PIRAZZINI, D. (Orgs.). *Argumentation: théorie – langue – discours*. Frankfurt: Peter Lang, 2009, p. 51-70.
- PLANTIN, C. *Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Berne: Peter Lang, 2011.
- PLANTIN, C. *Dictionnaire de l'argumentation. Une introduction notionnelle aux études d'argumentation*. Lyon: ENS Éditions, 2016.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1988 [1958].
- ROBRIEUX, J.-J. *Éléments de rhétorique et d'argumentation*. Paris: Dunod, 1993.
- SUCHMAN, L. A. *Plans and Situated Actions: the Problem of Human-Machine Communication*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- TOULMIN, S. *The Uses of Argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.
- TUTESCU, M. *L'argumentation. Introduction à l'étude du discours*. Bucarest: Editura Universităţii din Bucureşti, 2003. Disponível em: <http://ebooks.unibuc.ro/lls/MarianaTutescu-Argumentation/I.htm>. Acesso em: 15 set. 2024.
- WALTON, D. *Argumentation Schemes for Presumptive Reasoning*. Mahwah: Erlbaum, 1996.
- WALTON, D. Argumentation Schemes for Argument from Analogy. In: RIBEIRO, H. J. (Org.). *Systematic Approaches to Argument by Analogy*. Dordrecht: Springer, 2014, p. 23-40.

WEBER, M. De la sociologie compréhensive. *Les cahiers psychologie politique*, n. 19, p. 1-10, 2011. DOI: [https://doi.org/10.34745/numerev\\_691](https://doi.org/10.34745/numerev_691).

WEBER, M. *Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie*. *Logos. Internationale Zeitschrift für Philosophie der Kultur* IV, p. 253–294, 1913. Disponível em: [http://www.sociosite.net/topics/texts/weber\\_1913.pdf](http://www.sociosite.net/topics/texts/weber_1913.pdf). Acesso em: 15 set. 2024.

WHALEY, B. Evaluations of Rebuttal Analogy Users: Ethical and Competence Considerations. *Argumentation*, v. 12, n. 3, p. 351-365, 1998.